

Um novo Bolsa Família

Projetos para revisão do sistema de proteção social voltam à pauta para responder a velhos e recentes desafios no combate à pobreza

Solange Monteiro, do Rio de Janeiro

Nos últimos anos, a população brasileira economicamente mais vulnerável tem vivido em uma ingrata montanha-russa. De 2014 até 2017, ano em que o país começou a se recuperar de uma de suas piores recessões, 6,3 milhões de pessoas caíram na pobreza, relativa a menos de R\$ 8,2 ao dia conforme cálculo do FGV Social, totalizando 23,3 milhões. Até 2019, esse número ainda subiu, para 24 milhões. Quando a pandemia chegou, e junto dela a primeira etapa do auxílio emergencial – que benefi-



ciou 67 milhões de pessoas com ao menos R\$ 600 –, parte desses brasileiros conseguiu uma melhora temporária em sua condição de vida, e em agosto as pessoas em situação de pobreza eram menos da metade do registrado antes do choque sanitário. Com a redução do valor do auxílio, e logo o fim do programa, entretanto, essa cifra não só voltou a crescer como superou o nível de 2019, somando 35 milhões de pessoas em abril, ainda segundo o FGV Social, com dados da Pnad Contínua.

Até agosto, quando for distribuída a última cota da nova rodada de auxílio, parte dessas pessoas ainda contará com algum alívio adicional. Mas, mesmo que o crescimento da atividade econômica no primeiro trimestre deste ano tenha surpreendido, o país ainda demandará vários meses até alcançar um nível de vacinação adequado para conter o contágio, permitir a normalização da economia e, dessa forma, ampliar as possibilidades de geração de renda. Se nenhuma extensão do auxílio acontecer, será inadiável a definição de como readequar as políticas sociais permanentes para dar conta do aumento da pobreza no país e seus novos desafios, o que

inclui a interação com demandas trazidas pelas mudanças estruturais no mundo do trabalho intensificadas pela pandemia.

Depois de um primeiro trimestre no vácuo, o debate sobre reformulação do Bolsa Família – carro-chefe das políticas não contributivas de transferência de renda – ressurgiu a partir de abril, em três frentes. A primeira com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) pela definição do valor da Renda Básica de Cidadania (*ver pág. 40*), lei que existe desde 2004 e prevê o pagamento de uma renda mínima universal a todo cidadão residente no Brasil há pelo menos 5 anos. A determinação do STF indica que a lei deve ser cumprida respeitando as regras fiscais, sendo neste momento destinada a brasileiros em extrema pobreza, com renda *per capita* entre R\$ 89 e R\$ 178. A decisão de forma e valores terá de ser tomada pelo Executivo ainda este ano, para implementação a partir de 2022.

Outro impulso partiu do Senado, com a colocação em pauta do projeto que cria a Lei de Responsabilidade Social (LRS), programa de autoria do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) que prevê a substituição das transferências do Bolsa Família pelo Benefício de Renda Mínima (BRM), e que lança dois benefícios adicionais: a



Poupança Mais Educação, focada no combate à evasão escolar, e a Poupança Seguro Família, que visa servir como um seguro para o trabalhador informal em caso de perda de renda. Do lado do Executivo, também houve o anúncio de uma proposta, ainda não oficializada, de reformulação do Bolsa Família – que, a princípio, seria rebatizado de Emancipação Cidadã, teria ampliados o orçamento, o benefício e o número de famílias beneficiadas; e contaria com novidades como uma linha de microcrédito, auxílio-creche e auxílio a beneficiários das áreas rurais que se capacitem para se tornar pequenos produtores. O plano do governo é aprovar o projeto ainda em 2021, já que há impedimentos legais para aumento de despesas desse gênero em anos eleitorais, o que comprometeria sua vigência em 2022.

Ainda que não sejam iniciativas necessariamente convergentes, especialistas consideram um movimento positivo para se retomar essa agenda. “Se hoje existe algum consenso entre analistas e pesquisadores é que a desigualdade, a pobreza, a informalidade e o desemprego estão aumentando, e já devíamos ter avançado nessa discussão”, diz Manoel Pires, pesquisador associado do FGV IBRE. Marcelo Neri, diretor do FGV Social, também ressalta a importância de um movimento para revisar o Bolsa Família (BF). “Mesmo sendo um programa de última geração, o BF também tem que aprender com sua própria história, e precisa disso”, diz. Mas expressa preocupação pelo *timing* do processo. “Obviamente a pandemia impõe um senso de urgência. Mas essa é uma discussão que transcende a excepcionalidade da

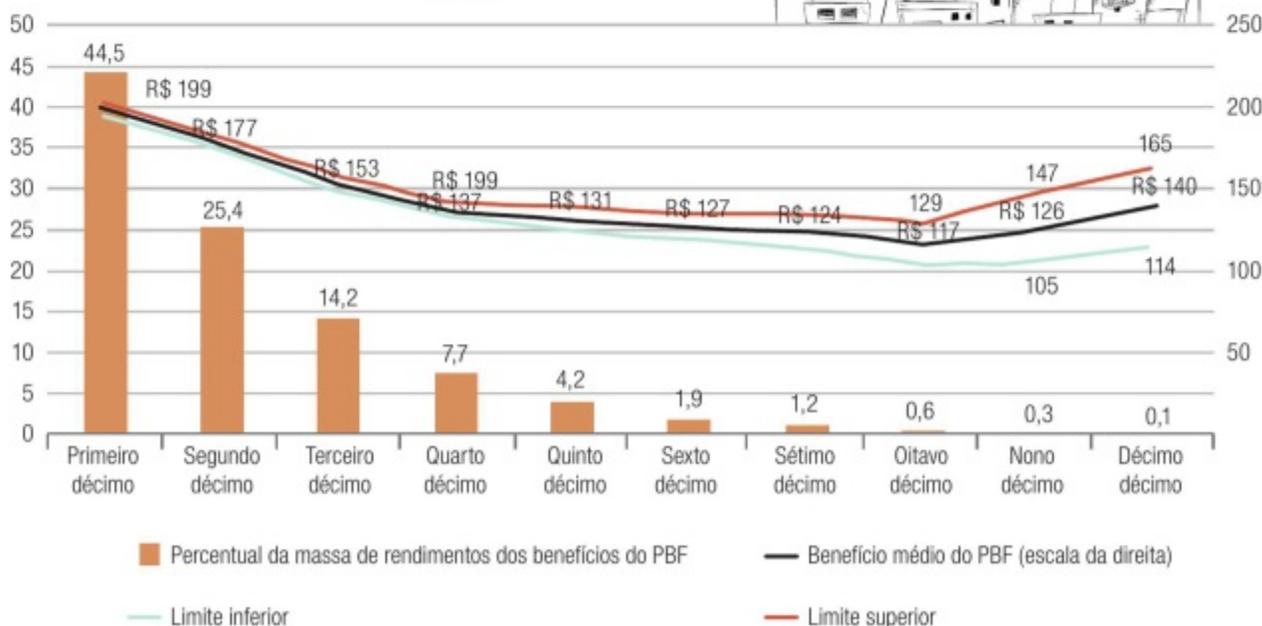
crise sanitária, e nesse sentido a urgência pode atrapalhar.”

Incremental ou radical?

Um dos principais desafios nesse processo é ter de buscar ganhos em um time vencedor. “Em termos de focalização e redução da desigualdade, o BF não parou de melhorar, mesmo depois de sua expansão”, diz Luiz Henrique Paiva, pesquisador do Ipea. Levantamento do qual é coautor, divulgado em junho de 2020, mostra que entre 2012 e 2018 o BF reduziu a desigualdade, com aumento da focalização das transferências nos grupos de menor renda. Esse resultado é verificado tanto quando medido por percentual de beneficiário quanto por valor de benefícios. Comparada a outros países da América Latina, a focalização do programa do Brasil fica-

Bolsa Família: foco nos mais pobres

(em %)



Fonte: Pnad Continua/IBGE, 2018. Décimos estimados a partir da renda domiciliar *per capita* líquida de rendimentos não monetários e dos valores do programa.

atrás apenas de Peru e Panamá. Tal desempenho, diz Paiva, mostra que não haverá caminho fácil para ampliar a cobertura e eficiência dessa política. “Aumentos orçamentários na margem só trarão melhorias na margem”, diz, lembrando que dos 15% do PIB gastos com o sistema de proteção social brasileiro, só o 0,4% representado pelo Bolsa Família, “que é o de maior impacto contra a pobreza”, é submetido à disponibilidade orçamentária, limitando o número de beneficiários conforme a existência de recursos”. Para Paiva, ampliar a responsabilidade social do programa passaria antes de tudo por proteger os benefícios do BF contra a inflação, definindo critérios de reajuste e periodicidade em lei; reajustar as linhas de elegibilidade que são monetárias, pela inflação, definindo índice e periodicidade também em lei, e acabar com as filas de espera para adesão ao Bolsa Família.

A princípio, a proposta do governo é ampliar o orçamento do



Amortecer quedas

Projeto da Lei de Responsabilidade Social prevê seguro para trabalhador informal

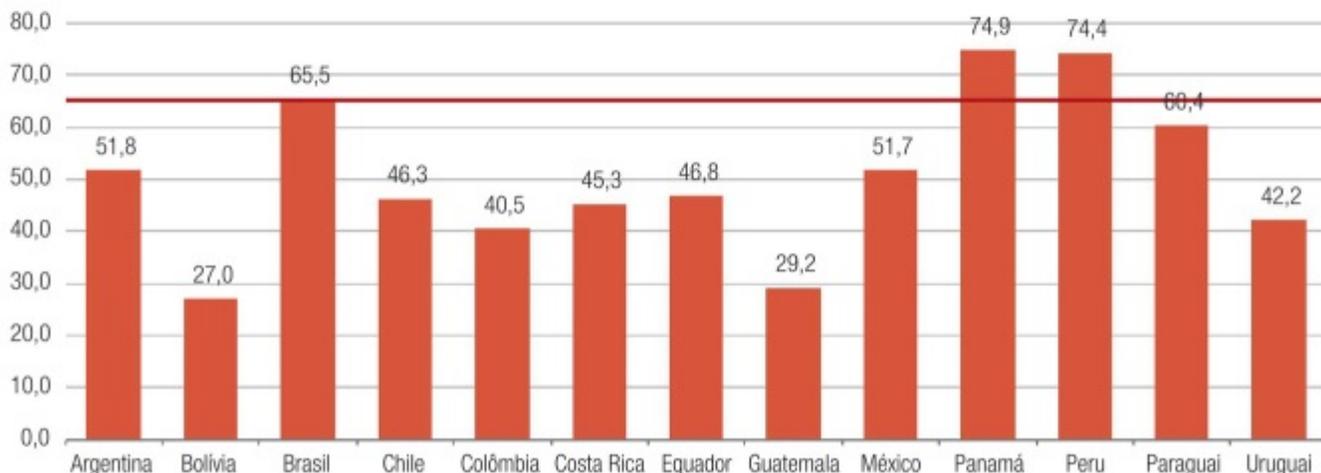


programa dos R\$ 35 bilhões previstos para este ano a R\$ 50 bi, e com isso somar cerca de 1,9 milhão às 14,6 milhões de famílias atualmente beneficiadas pelo programa, que receberiam R\$ 250 mensais. Antes da pandemia, a fila de espera para entrada no BF já beirava 1 milhão

de famílias. O valor mensal tanto do auxílio-creche quanto ao beneficiário rural, de acordo ao divulgado na mídia, seria de R\$ 250. No caso do *voucher* para creches, Laísa Rachter, pesquisadora do FGV IBRE, diz que é difícil fazer uma avaliação sobre o impacto da iniciativa

Bolsa Família comparado a seus pares latino-americanos

(% de beneficiários que se encontram entre os 20% de menor renda per capita)



Fontes: ASPIRE/World Bank, 2012-2016; Pnad Continua/IBGE, 2018.

sem ter os detalhes da proposta. “O valor é inferior ao mínimo considerado no Fundeb por aluno de creche integral, em torno de R\$ 408 para grandes cidades, o que indica que não será suficiente para cobrir a mensalidade desse serviço”, afirma. “E, a princípio, não há nenhuma diretriz clara sobre os padrões a serem exigidos: estrutura mínima que a creche deverá oferecer, controle do número de crianças por turma, diretrizes de segurança. São questões importantes, relacionadas à qualidade do acesso que estavam presentes, por exemplo, no Programa Brasil Carinhoso”, compara. Outro fator destacado por Laísa

são as notícias veiculadas de que os planos do governo para o programa são reduzir o papel dos Centros de Referência em Assistência Social (CRAs) no processo de inclusão no Cadastro Único e pedido do benefício, migrando-o para aplicativos, aproveitando a experiência do auxílio emergencial. “Modernizações são sempre bem-vindas, pois podem aprimorar a qualidade da administração dos dados, o que é sempre bom para a avaliação e elaboração de políticas públicas. Mas essa adoção deve ser complementar ao trabalho dos CRAs”, defende Laísa. “O processo de cadastramento no CadÚnico é longo e complexo,

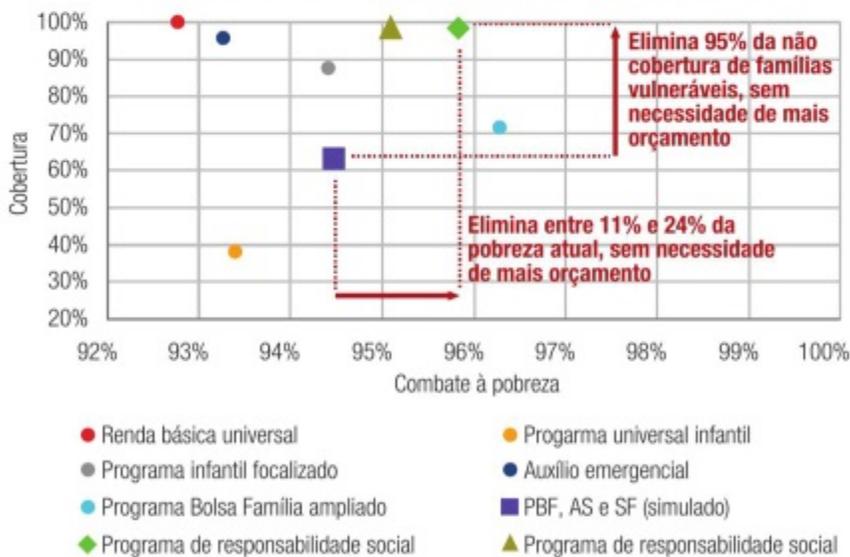
é bom ser acompanhado de um assistente social que ajudará a compreender as necessidades daquela família. Além do fato de que nem todos têm qualidade de conexão e conhecimento para lidar com o aplicativo, o que poderia reforçar a desigualdade no acesso.”

Para uma aprovação célere como a desejada pelo governo, será preciso encontrar espaço orçamentário para encaixar o gasto excedente. Um desafio que reflete, na opinião de especialistas, o descaso com que o tema foi tratado na discussão orçamentária de 2021. “O aprimoramento da rede de proteção social não entrou no debate. Sequer para negociar com parlamentares que abrissem mão de parte dos recursos das emendas em favor de uma assistência mais robusta”, diz Fernando Veloso, pesquisador do FGV IBRE, lembrando que os R\$ 44 bilhões destinados à reedição do auxílio emergencial foram aprovados dentro da PEC Emergencial, fora do teto de gastos. Veloso defende que, para um fortalecimento de fato do sistema, é preciso muito diálogo, visando alcançar uma solução fiscalmente responsável. Marcelo Neri concorda, e lembra que algumas iniciativas nessa direção chegaram a ser propostas pela equipe de governo no ano passado, mas não decolaram. “Tanto o Renda Brasil quanto o Renda Cidadã continham algumas ideias positivas, como a de unificar programas menos eficientes na redução da pobreza para ampliar a cobertura. Mas foram atingidas por fogo amigo”, diz, referindo-se à negativa de Bolsonaro em mexer em programas como o abono salarial.

Veloso conta que a unificação de benefícios sociais considerados

Impactos estimados do Programa de Responsabilidade Social

Resultados comparativos para um orçamento de R\$ 50 bilhões



caros e pouco eficientes é parte do financiamento Programa de Responsabilidade Social elaborado por ele e os economistas Vinicius Botelho e Marcos Mendes (Insper), que inspirou o projeto de Jereissati. “Juntando os recursos destinados ao salário família, abono salarial e seguro-defeso com o Bolsa Família, nossa estimativa era de totalizar R\$ 57 bilhões divididos entre aplicação nos três benefícios do programa (sendo 18,4 milhões de famílias do benefício principal, de R\$ 230 em média), mais outros R\$ 6 bilhões para o Criança Feliz, Mais Educação e para fortalecimento e apoio do Cadastro Único”, diz. Já a proposta apresentada pelo senador Tasso Jereissati prevê, inicialmente, a soma da dotação do Bolsa

Família a recursos de emendas individuais e de bancadas, e alterações da regra de acesso ao abono. “É um projeto criado como uma plataforma: na medida em que se conseguem mais recursos, expandem-se os programas, desde que estejam dentro do teto de gastos”, conta Veloso. Para o pesquisador do IBRE, o grande diferencial da Lei de Responsabilidade Social é, até o momento, ser a única a propor um sistema de proteção ao trabalhador informal – que foi o principal foco do auxílio, a quem Guedes definiu como “os 38 milhões de invisíveis”. Ainda que o governo esteja trabalhando em formas de formalização desse grupo – por exemplo, com o projeto do Bônus de Inclusão Produtiva (BIP) –, “não há medida que busque

ampará-lo enquanto este segue na condição de informal, sujeito a variações bruscas de renda”, afirma. A Poupança Seguro Família é formada mediante o depósito mensal, pelo governo federal, de até 15% do valor do rendimento declarado por cada trabalhador da família com renda até R\$ 780, que representam os 46% mais pobres do país. Esse seguro só pode ser sacado em caso de queda de rendimento ou de calamidade pública. Sua cobertura inicial estimada é de 12,5 milhões de famílias, que não necessariamente são beneficiárias da renda mínima (BRM). A proposta apresentada por Jereissati também conta com uma definição de metas de redução de pobreza e pobreza extrema. Em 3 anos após a entrada em vigor, de

Taxas de pobreza em três modelos de programa de transferência

(linha internacional de pobreza equivalente a R\$ 150 por mês)

	Taxa de pobreza (%), orçamento de R\$ 58 bilhões ao ano	Taxa de pobreza (%), orçamento de R\$ 120 bilhões ao ano	Taxa de pobreza (%), orçamento de R\$ 180 bilhões ao ano
Referência			
Bolsa Família atual	6,2	6,2	6,2
Auxílio emergencial (simulado)	0	0	0
Modelos simulados			
Focalizado	5,7	3,6	0
Híbrido	5,9	4,2	3,2
Universal	7	6,4	5,4



Em ano de eleições presidenciais, pobreza tende a cair



Fonte: FGV Social. *Estimativa.

redução da pobreza (famílias com renda mensal de até R\$ 250 por pessoa) de 12,3% (registrados antes da pandemia) para 10%, e da extrema pobreza (famílias com renda mensal de até R\$ 120 por pessoa) de 6,4% para 2%.

Ampliar horizontes

Enfrentar a difícil batalha política pela revisão do arcabouço de programas sociais – ainda muito concentrado no amparo ao empregado CLT, cada vez menos representativo dentro da multiplicação de arranjos possíveis no atual mercado de trabalho, parte dos quais reflexo da precarização dessas relações – é, para os especialistas, um passo fundamental para se pensar a reestruturação do sistema de forma mais ampla. “De certa forma, o auxílio emergencial, ainda que insustentável no longo prazo, estendeu a fronteira do possível até onde não imaginávamos, e nos empurrou para pensar além”, diz Paiva. Um exemplo, cita Paiva, foi a volta da defesa de um benefício mínimo universal. Em exercício preliminar divulgado em maio, Paiva e mais três pesquisadores do Ipea demonstram, entretanto, que o gasto necessário para tornar uma renda básica universal efetiva na redução da pobreza é fiscalmente inviável para a realidade orçamentária brasileira. No estudo, os pesquisadores simularam três cenários orçamentários – um fiscalmente neutro, de R\$ 58 bilhões anuais, um intermediário, de R\$ 120 bi; e outro de R\$ 180 bilhões. Os resultados apontaram que apenas no cenário orçamentário de R\$ 180 bilhões um benefício universal seria mais redistributivo que o

atual Bolsa Família, de caráter focalizado. (PAG 38 – coluna 3)

O estudo sugere, entretanto, que a adoção de um modelo híbrido – no caso, mantendo a base operacional do Bolsa Família e do Cadastro Único, acrescida de um benefício universal para crianças e jovens – poderia ser virtuosa. “A pobreza nesse grupo é o dobro da taxa média de pobreza no Brasil, e 10 vezes maior do que a taxa de pobreza entre idosos. Com tal concentração, uma renda universal focada em crianças e jovens até 18 anos seria o segundo programa mais bem focalizado do Brasil, perdendo apenas para o Bolsa Família”, diz.

Caminho similar foi sugerido, no ano passado, pelo pesquisador Naercio Menezes, do Insper, com um programa de renda básica para crianças de 0 a 6 anos. Menezes traçou vários cenários com um valor mensal de R\$ 800 que poderiam ser distribuídos por família ou por criança, beneficiária do Bolsa Família ou universal. No caso, por exemplo, de um benefício por criança do Bolsa Família, o gasto anual seria de R\$ 83 bilhões, com uma redução de pobreza nesse grupo estimada em 13%. Se o mesmo benefício fosse distribuído para crianças de 0 a 6 anos em caráter universal, o gasto subiria para R\$ 174 bi, com redução de pobreza de 5%. Para financiar o programa, Menezes sugere a eliminação do abatimento de imposto de renda para gastos com saúde e educação, além de uma tributação igual para todo tipo de renda, seja do trabalho, de lucros e dividendos ou do Simples, por exemplo.

Em *webinar* promovido pelo FGV IBRE em parceria com o jornal *O Estado de S.Paulo* em maio, Manoel

Pires ressaltou que a ideia de se trabalhar a universalidade por nichos poderia ser avaliada como alternativa para a sustentação do sistema previdenciário frente à fragilização do vínculo empregatício e flexibilização das formas de trabalho, que tendem a aumentar. “Historicamente, sempre tivemos facilidade em estruturar políticas para os trabalhadores formais, como o seguro-desemprego, o abono, e a própria previdência. Mas hoje o desafio, no mundo inteiro, é de como lidar com uma base de financiamento que está ruindo”, diz. O pesquisador resalta que o incentivo à contribuição voluntária de jovens para sistemas de previdência privada ainda não tem surtido efeitos positivos, e que novos modelos têm sido avaliados para evitar um colapso na cobertura. “Em um sistema universal, não se abdicaria de contribuição sobre folha que, apesar de ser reduzida, é uma base estável, mas esta seria complementada com outras fontes, como o imposto sobre a renda”, descreve.

Marcelo Neri, por sua vez, considera que a busca por frentes em prol da redução da pobreza também pode incluir elementos financeiros até agora pouco explorados no Bolsa Família. “Trata-se de considerar não só a transferência de renda em si, mas de permitir que cada pessoa possa distribuir melhor os seus recursos ao longo do tempo”, diz. Para o diretor do FGV Social, a experiência do comportamento da caderneta de poupança em 2020 reforça essa diretriz. Benefícios como o saque do FGTS e o auxílio emergencial, que foram pagos através de conta poupança digital, poderiam explicar parte do resultado da poupança em 2020,



Foco na infância

70% das crianças e jovens brasileiros estão na metade mais pobre da população



que registrou a maior captação líquida da série histórica do Banco Central, de R\$ 166,3 bilhões. “Tem uma agenda público-privada de acesso a mercados financeiros, segmentos de crédito, seguro e poupança que só é considerada para segmentos de luxo, mas cuja importância é ainda maior para quem está próximo da linha da pobreza”, diz, ressaltando que nem todas as medidas visando ao bem-estar da camada mais pobre demandam mais recursos fiscais.

Neri reforça, entretanto, que o *timing* pode não ser favorável para um debate mais amplo sobre essa agenda. Seja pela urgência da pandemia, seja pelo calendário eleitoral – lembrando que, com a proximidade de eleições, a tendência do presidente de turno é buscar o arranjo que lhe proporcione maior dividendo político. “Nem é preciso fazer qualquer regressão constatar que, em anos de eleições presidenciais, a tendência é de redução da pobre-

za”, diz. Análise de sete eleições realizadas desde 1986, feita pelo FGV Social, aponta que em todos os casos a pobreza cai em ano eleitoral e sobe no ano seguinte, com exceção de 2007. Diante do impacto da crise sanitária, e da intrínseca relação do Bolsa Família com o ex-presidente Lula, possível adversário de Bolsonaro em 2022, é difícil não imaginar um forte empenho do governo para que um novo programa brilhe no ano que vem. “Não temos que reinventar a roda. E o que for feito precisa contar com sensibilidade social, mas também com responsabilidade fiscal”, reforça Neri. “Já vivemos a experiência de tomar decisões no calor dos acontecimentos – como na grande recessão de 2008/09 – que foram boas no curto prazo, mas acabaram quebrando o país por se estenderem mais que o devido. E quem mais se prejudica, no final, são aqueles que se busca proteger”, conclui. ■



Foto: Jefferson Rudy/Agência Senado

Quando soube que o presidente Jair Bolsonaro havia testado positivo para Covid-19 em julho do ano passado, o ex-senador Eduardo Suplicy, atual vereador pelo PT na capital paulista, decidiu lhe enviar um presente. “Pensei que em sua recuperação teria tempo para ler, e lhe encaminhei o livro *A utopia*, de Thomas More”, conta, lembrando que essa é a obra que colocou o escritor, filósofo e diplomata britânico entre os pensadores que melhor fundamentaram a garantia de uma renda básica universal.

Suplicy é o pai da lei da Renda Básica de Cidadania, e nunca abandonou sua catequese sobre o tema. A lei foi sancionada em 2004, mas desde então está à espera de regulamentação para entrar em vigor. Pendência que, de acordo a determinação dos ministros do Supremo Tribunal Federal de abril passado, deverá ser eliminada até dezembro deste ano – prazo dado pelo STF para que o governo federal defina o valor do be-

nefício previsto na lei, para ser pago a partir de 2022 aos brasileiros em situação de extrema pobreza.

Mesmo com esses 17 anos de indefinição, a defesa do direito a uma renda básica que atenda às necessidades vitais de todo cidadão é, para parte da comunidade acadêmica, um debate que está na raiz da evolução do sistema de proteção social brasileiro. Um processo de fertilização de ideias para o qual Suplicy tem se dedicado como poucos.

Dos 80 anos de vida que completará este mês de junho, três décadas são dedicadas à defesa legislativa da renda mínima. O primeiro projeto de Suplicy apresentado sobre o tema foi em 1991, no início de seu mandato como primeiro senador eleito pelo PT. A inspiração para o texto, entretanto, começou a se forjar muito antes, da relação de amizade com o economista Antonio Maria da Silveira (1939-2006). “Na década de 1970, ambos voltávamos de estudar

nos Estados Unidos – eu da Universidade de Michigan e de um período como professor em Stanford; ele, da Carnegie-Mellon –, e Silveira dizia buscar a companhia de professores com ideias progressistas. Cheguei a dar palestras para seus alunos, então no ITA (SP), e ele para a minha classe, na FGV Eaesp”, lembra Suplicy. Em 1975, já como professor da FGV EPGE, Silveira publicou o primeiro texto sobre renda mínima universal no Brasil, “Redistribuição de renda”, (<https://bit.ly/3vZCbMt>), na *Revista de Economia Brasileira*. Um documento ousado para a época, em que defendia a necessidade de não se esperar o bolo crescer para dividi-lo, como ditava o modelo econômico do governo, propondo um sistema de redistribuição que minorasse ou até compensasse os “efeitos negativos de curto prazo do desenvolvimento acelerado na distribuição de renda, erradicando a pobreza a longo prazo”, diz no texto. O sistema sugerido era

o do imposto de renda negativo, ideia que foi adotada no projeto de lei de Suplicy, para o qual Silveira também colaborou na articulação direta junto aos demais senadores, atuando como seu consultor. “Definimos que toda pessoa adulta (a partir de 25 anos) que não ganhasse ao menos 45 mil cruzeiros mensais (em torno de 2,5 salários mínimos) teria direito a receber um complemento de renda equivalente a 50% da diferença entre sua renda e esse patamar”, descreve.

O projeto foi aprovado no Senado, mas nunca chegou a ser votado na Câmara. O debate sobre renda mínima, entretanto, permaneceu latente. Suplicy destaca um encontro de vários economistas promovido pelo professor da Unicamp Valter Barelli (1938-2019), então coordenador do chamado Governo Paralelo – movimento liderado por Lula após derrota nas urnas para Fernando Collor de Melo, com o objetivo de discutir políticas públicas. “Foi lá que, em uma apresentação sobre renda mínima, José Marcio Camargo (PUC-Rio) sugeriu foco prioritário na educação”, diz. “Ele defendia que, proporcionando uma renda para famílias carentes, e condicionando-a à frequência escolar das crianças, estaríamos contribuindo para cortar um dos principais elos do círculo vicioso da pobreza.” O tema ganhou força nos anos seguintes. Em 1995, os prefeitos Cristóvão Buarque (PT), no Distrito Federal, e o tucano José Roberto Magalhães Teixeira (1937-1996), em Campinas (SP), lideraram os primeiros programas de transferência de renda associados a contrapartidas na área de educação. “Na sequência, vieram outras cidades, bem como vários projetos de lei no

Congresso”, diz, citando, entre outros autores, o senador Renan Calheiros, então do PMDB.

A essa altura, Suplicy conta que o debate já tinha cruzado fronteiras, recordando os primeiros encontros com o filósofo e economista belga Philippe Van Parijs – referência mundial no debate da renda mínima, de quem havia lido *Arguing for basic income: ethical foundations for a radical reform*. “Em 1996, coordenei uma audiência de Philippe com o presidente Fernando Henrique Cardoso, na qual ele defendeu que o modelo ideal era chegar à renda básica incondicional universal, ressaltando, entretanto, as vantagens de se iniciar com um programa de renda conectado à educação”, descreve. Linha que definitivamente foi seguida por Cardoso, a começar pela criação do Programa de Garantia de Renda Mínima Vinculada à educação (PGRM), em 1997. O PGRM previa o financiamento de 50% de programas de renda mínima vinculados ao ensino dos municípios, que deveriam arcar com os outros 50%. A baixa ca-



Antonio Maria da Silveira

pacidade fiscal dos entes inicialmente alvo do programa – os de menor receita tributária e renda *per capita* –, entretanto, resultou em entrave para a adesão. Em 2001, então, o PGRM foi transformado, através de medida provisória, no Programa Nacional de Bolsa Escola (PNBE), coordenado e financiado pela União. Ao que posteriormente se somaram o Bolsa Alimentação e o Auxílio Gás.

Foto: Midiateca IEA USP Mauro Belles



Visita de Philippe Van Parijs (de óculos) ao Brasil, em 1994

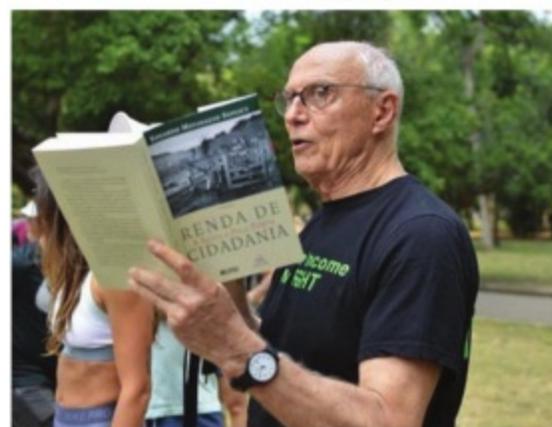
Nesse ínterim, Suplicy amadurecia seus conceitos sobre garantia de renda, colocados em um novo projeto de lei. Desta vez, não mais envolvendo um IR negativo, mas a instituição de uma renda básica incondicional. Sua defesa é de este ser um modelo mais benéfico aos mais pobres por, entre outros fatores, evitar erros de exclusão, não apresentar qualquer tipo de estigma, tampouco desincentivar o trabalho. Francelino Pereira (1921-2017), senador pelo PFL de Minas Gerais, foi relator do projeto. “Lembro-me de sua disposição em estudar o texto e ler o livro que eu acabava de publicar, *Renda de cidadania – a saída é pela porta*”, afirma Suplicy. Foi de Pereira a sugestão de definir uma instituição por etapas, a critério do Poder Executivo, que priorizasse os mais necessitados e se adequasse à Lei de Responsabilidade Fiscal. Em dezembro de 2003, o projeto foi aprovado na Câmara – “sem oposição dos então deputados Jair Bolsonaro e Ônix Lorenzoni, ambos membros da Comissão de Constituição e Justiça”, ressalta Suplicy. E posteriormente sancionado por Lula, que na cerimônia estava acompanhado de Ciro Gomes, então ministro da Integração Nacional.

O foco do governo nesse momento, entretanto, estava em reduzir a fragmentação dos programas de transferência de renda em vigor, que resultaram no programa Bolsa Família, convertido em lei em janeiro de 2004. O que alterou os planos de implantação do Renda Básica de Cidadania previstos na lei – de acontecer, de forma gradual, a partir de 2005. “Naquele momento, o Bolsa Família foi um passo dado na direção da renda básica”, afirma Suplicy. Somente no governo de Dilma Rousseff o se-

nador voltou a trabalhar pela implementação da lei, sugerindo a formação de uma comissão para discutir como regulamentá-la. “Foram várias cartas para que ela atendesse a meu pedido. Quando este foi aprovado, entretanto, ela esperava a decisão – à qual eu teria sido contrário – por seu afastamento, e não houve mais como formar a comissão.”

A recente decisão do STF foi celebrada por Suplicy, mas ainda levanta questionamentos entre economistas, que apontam que a situação orçamentária do país, e suas características estruturais, não permitem equacionar um projeto de renda mínima universal fiscalmente viável, o que definitivamente limitaria sua aplicação a nichos prioritários.

Nada, entretanto, afeta a convicção de Suplicy da pertinência da lei, citando do Nobel de Economia indiano Amartya Sen a Barack Obama e Mark Zuckerberg, em sinal de que se amplia o espectro dos defensores de uma renda básica universal. “Desenvolvimento para valer tem que proporcionar mais liberdade para todos. Um jovem que, sem ter como ajudar no orçamento da família, resolve ser avião da quadrilha de narcotraficantes, como na letra de música do Racionais MC’s, perde essa liberdade. Sem uma renda mínima, ele fere sua dignidade, coloca sua saúde e vida em risco”, afirma, para logo puxar da mesa um exemplar do livro *Vamos sonhar juntos*, lançado em 2020 pelo papa Francisco. Abre e lê um trecho em que o pontífice cita a renda básica universal como caminho para redefinir as relações do mercado do laboral no mundo pós-pandemia, o que “eliminará o estigma do seguro-desemprego, facilitando a troca de trabalho, como cada vez mais os impe-



rativos tecnológicos exigem”. Ao que emenda com um fragmento de *Crise e reinvenção da política no Brasil*, de Fernando Henrique Cardoso (2018), no qual o ex-presidente defende que ampliação da desigualdade não é compatível com a sociedade democrática, sugerindo a adoção de uma renda mínima universal. Devido aos recursos de cada um, reconhece FHC no texto, varia a capacidade de países enfrentarem um tipo de desemprego que deixou de ser um fenômeno temporário, devido ao desaparecimento de ocupações por mudanças tecnológicas. “Mas, em termos éticos-morais, essa questão está posta para todos”, lê Suplicy.

Dia 21 de junho, a comemoração dos 80 anos de Suplicy promete ser um rito de profissão de fé. Ele conta que seu presente será uma live sobre renda mínima com o ex-presidente Lula. “Vamos falar da trajetória desse projeto, tal como estamos conversando aqui”, diz. Que será acompanhada de uma apresentação de Philippe Van Parijs, previamente gravada. Apesar das restrições da pandemia, e explorando as possibilidades do mundo virtual, Suplicy espera que o evento seja sucesso de público. E que Bolsonaro, quem sabe, encontre inspiração em More em suas decisões sobre a proteção social no Brasil. (S.M.)